

assuntos são importantes; disso não há dúvida. Mas, o que se torna essencial para se avaliar a eficácia do jornalismo televisivo é perceber também, na conjuntura actual, o que é que o espectador verdadeiramente retém da informação recebida. Como é que são efectivamente compreendidos pelo espectador os dados, os números e a lógica da estória presentes na peça? E o que é que perdura realmente na memória?

A missão do jornalista não pode ficar apenas entregue à mera contabilidade dos olhares e da atenção que é dada a uma peça. Por mais difícil que seja escapar à medição das audiências, a tarefa do jornalista não pode ficar prisioneira dos números do audímetro. Em termos televisivos, a questão da literacia do espectador é fundamental. Em que condições se faz a informação? Não há dúvida de que é uma das áreas de investigação nas quais é necessário investir. Mas também é importante avaliar a forma como o espectador utiliza a informação no seu dia-a-dia. Trata-se não só de um passo fundamental para se fazer uma real avaliação daquilo que é verdadeiramente eficaz no jornalismo televisivo em Portugal, mas também de uma ferramenta de referência, que pode auxiliar os profissionais da informação televisiva a trabalhar segundo regras mais claras, fora da ditadura das audiências ou da arbitrariedade dos críticos.

Até porque, em Portugal, há que ter em conta factores subterrâneos que poucas vezes são referidos, mas que influenciam o acto de fazer jornalismo. Por exemplo, a força da cultura oral, que origina por sua vez uma oralização dos géneros televisivos. Até mesmo dos que mais se deviam basear na escrita das imagens, como o documentário informativo e a reportagem, que, caso não se mediatizem pela voz, ao estilo de José Hermano Saraiva ou de Fernando Pessa, se tornarão obras esquecidas.

Resta ainda saber quando e de que forma é que as investigações que referi produzirão efeitos reais sobre a forma de fazer jornalismo em Portugal. É um tema para abordar, certamente, noutras investigações.

ESTUDOS SOBRE PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA: OS PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO E OS CONTEÚDOS PARA A INFÂNCIA

Felisbela Lopes e Sara Pereira*

Resumo

Não abundam em Portugal estudos académicos sobre programação televisiva. Aqui e além, surgem trabalhos pontuais, a maior parte dos quais feitos no âmbito de teses de mestrado e de doutoramento. Neste artigo, debruçar-nos-emos sobre o estado da arte da programação televisiva, evidenciando alguns trabalhos que, a nível internacional (Inglaterra, Itália, França, Espanha...), se assumem como referência para os investigadores das ciências da comunicação. Em seguida, concentrar-nos-emos em duas áreas às quais a literatura científica presta particular atenção: os programas de informação e os que se destinam ao público infantil. A esse nível, destacaremos as investigações mais relevantes desenvolvidas nos últimos anos em Portugal, as quais apresentam novos e pertinentes quadros de leitura do dispositivo televisivo e ajudam a perceber melhor a TV que (não) temos. Na parte final, apresentaremos algumas propostas para o crescimento deste ainda incipiente campo de estudo científico.

20.1 – O estado da arte dos estudos sobre programação televisiva

Na Europa, o sociólogo britânico Raymond Williams é considerado, no plano académico, o fundador dos estudos sobre programação. O livro *Television, Technology and Cultural Form*, publicado em 1975, representou uma “mudança de paradigma” da investigação científica. A proposta do conceito de “fluxo contínuo de televisão” abriu novas possibilidades de trabalho universitário no campo da televisão. Segundo Williams, as novas tecnologias da televisão transformaram o conceito estático da programação – considerada, até esse momento, como distribuição e ordenação de programas descontínuos – num conceito móvel de fluxo. Para o mesmo sociólogo, a televisão contemporânea não se produz pelo funcionamento dos diversos programas singulares que compõem o quadro geral da programação,

* Membros do Mediascópio. Doutoradas em programação informativa e em programação para a infância, respectivamente. Professoras da Universidade do Minho.

mas pelo conjunto de todos eles, pelo fluxo contínuo de imagens e sons. Esta diferença revela-se marcante e significativa ao contrastar com os momentos em que a história da televisão podia ser elaborada na base da análise individual dos seus programas. Talvez possamos estranhar o tempo durante o qual esta investigação se desenvolveu, mas é preciso prestar atenção às coordenadas espaciais onde ela assentou. Williams centrou o seu estudo nas realidades britânica e norte-americana, ou seja, num panorama audiovisual no qual operavam vários canais: em Inglaterra, o primeiro canal privado (ITV) surgiu em 1954, concorrendo com a BBC, cujas primeiras emissões se iniciaram a 2 de Novembro de 1936; nos EUA, a televisão nasceu ligada ao sector privado, registando-se, de imediato, um número considerável de canais em concorrência aberta uns com os outros. Num quadro em que existem várias estações de televisão à procura de audiência, exige-se um cuidado acrescido com a oferta, algo que não acontece quando um operador detém a exclusividade da actividade televisiva. Por isso, em terreno europeu, no qual, genericamente, a TV surgiu como monopólio do sector público, os estudos à volta da programação apenas se desenvolveram com o advento das televisões privadas, fenómeno que apresenta alguma flexibilidade temporal consoante os países em causa.

Em Itália, Nora Rizza (1990: 17-55), através de entrevistas feitas a programadores italianos, procurou analisar os factores que subjazem à prática diária da construção de uma grelha, retomando o termo *palimpsesto* para falar da programação televisiva. Define-o como sendo a disposição sucessória de uma série de programas, num certo período temporal, segundo uma determinada lógica. Parece-nos uma recuperação conceptual bem conseguida. Tal como, outrora, os manuscritos em pergaminho eram tidos como material caro, também os programas televisivos implicam custos avultados. À semelhança dos copistas medievais, que raspavam o pergaminho para nele escreverem de novo, também os programadores televisivos vão apagando da grelha alguns programas, de modo a introduzirem nela novas emissões. Da mesma forma que antigamente era possível fazer reaparecer, em parte, os primitivos caracteres, uma análise cuidadosa de uma grelha televisiva permite encontrar indícios daquilo que foram as opções tomadas noutras épocas. Rizza centra a sua análise no processo de construção da grelha, acreditando no facto de daí resultarem elementos que dificilmente se tornariam visíveis se apenas se tivesse em conta a oferta televisiva que chega ao telespectador. Combinando informações técnicas do trabalho do programador com outras relacionadas com as rotinas de produção, a autora conclui que a natureza do *palimpsesto* televisivo está condicionada por factores tão diversos como os recursos económicos da estação, a audiência prevista, a imagem e a identidade do canal, a oferta da concorrência, a possibilidade de produção ou a aquisição dos conteúdos. A sua função é maximizar a audiência, ou seja, organizar a programação de modo a que um programa se dirija a um determinado público (*target*) e o satisfaça. Perceber a sintaxe de um canal é, seguindo este ponto de vista, conhecer os elementos que a determinam e que se situam tanto no interior do dispositivo televisivo como naquilo que lhe é exterior. São eles que constituem as regras de combinação dos microelementos (as emissões) que dão corpo ao macrotexto televisivo (a grelha). Casetti e Odin juntam outros elementos que ajudam a entender a organização da oferta televisiva num contexto de concorrência. Na sua

perspectiva, a “contaminação e o sincretismo” são o princípio organizador de uma grelha em que a “estrutura sintagmática tende para o fluxo contínuo” (1990: 16-17). Os autores falam mesmo de programas *omnibus*, nos quais cabem a informação, a ficção, o espectáculo e a publicidade, provocando a impressão de se estar diante de “uma emissão proteiforme, mas única”. Isso não implica a negação de programas com marcas distintivas. Pelo contrário. No entanto, essas emissões integram-se numa lógica de fluxo, caracterizando-se por uma *hiperfragmentação* (Casetti, e outros, 1990: 18), que permite a integração de vários microsegmentos. Esta evolução que se deu no modo de entender a programação não se deve apenas à multiplicação de canais de televisão. Não foram somente factores tecnológicos que causaram as modificações ocorridas, mas também mutações económicas, políticas, sociais e culturais. A valorização de certas franjas horárias, por exemplo, não pode ser encarada apenas como uma iniciativa unidireccional do programador, mas deve ser lida à luz das modificações das formas de vida (emprego e lazer). Atendendo à disponibilidade que as pessoas têm para ver televisão, os programadores vão procurando otimizar as audiências disponíveis.

Em Espanha, Mariano Cebrian Herreros foi um dos primeiros académicos a estudar o fenómeno da programação, dedicando a esta problemática dois capítulos do seu livro *Introducción al Lenguaje de la Televisión. Una Perspectiva Semiótica*, editado pela primeira vez em 1978.¹ Em *Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación*, publicado duas décadas depois, o mesmo autor (1998: 429) afirma que “a competitividade (entre as estações) levou ao desenvolvimento de estratégias tão complexas que se chega a falar de engenharia de programação”. Por seu lado, Jesus González Requena (1995) encara a programação como um “macrodiscurso”, capaz de integrar no seu interior todos os sistemas semióticos, actualizados acústica e visualmente. Uma grelha televisiva seria uma unidade discursiva superior às que contém, com a capacidade de submeter tudo o que alberga à sua lógica, procedendo não raras vezes à fragmentação de subunidades com alguma violência. A introdução do conceito de discurso no âmbito da programação permite, de acordo com Requena (1995: 27), não só “descobrir em todo o processo de comunicação âmbitos de significação que escapam à consciência e vontade dos seus agentes”, como também “analisar em profundidade o papel estrutural desempenhado pela televisão na cultura de massas”. Essa influência não resultaria apenas da actuação isolada de certos programas, saindo antes de um discurso de ordem superior, de efeitos psicológicos, ideológicos e sociais manifestos. Ao olhar uma grelha televisiva à luz de uma significação global e de uma lógica genérica de construção, ultrapassa-se a oferta em si, havendo uma implicação de todos os indivíduos afectados por ela, ou seja, os diversos públicos. Se, por um lado, a audiência se vê confrontada com informação que espartilha a grelha em emissões específicas (atenda-se, por exemplo, à programação anunciada pelos jornais e pelas revistas especializadas; aos intervalos entre as emissões que pontuam o final de determinado programa; aos genéricos de abertura dos programas...), por outro, as pessoas recorrem frequentemente à expressão “ver televisão”, evidenciando, através dela, que entendem essa acção na sua generali-

¹ Os capítulos intitulam-se “La especificidad de la continuidad programática” e “La programación como obra unitaria”.

dade. Outro estudioso da programação televisiva de nacionalidade espanhola é José Angel Cortés (2001). Na sua perspectiva, a programação é um catálogo de oferta sinérgica, que deve conseguir a aceitação de um público que, convertido em audiência, servirá para proporcionar as receitas através da publicidade. Segundo este autor, a oferta no mundo da neotelevisão não se cinge ao somatório de várias emissões, mas antes à sinergia de uma série de programas (apresentados em forma de gráfico), que resulta de uma importante actividade – a construção da grelha de programação. Os programadores devem, primeiro, seduzir a audiência para, depois, a fidelizarem. Para Cortés (2001), a programação é o resultado de todo um processo de análise que o autor denomina “filosofia de programação”, que engloba todas as coordenadas que uma empresa de comunicação deve conhecer a fundo quando decide participar no mercado com uma oferta. Diz o autor (2001: 95): “Na realidade, essa filosofia é um pouco o sinal de identidade que a empresa deve ter para conhecer e fazer mais efectivos os seus objectivos. A filosofia da programação marca os princípios básicos que devem presidir à sua actividade empresarial, e que são a referência na hora de actuar”. Desses princípios nascerá, consequentemente, todo um *corpus* doutrinal, que deve ser a base para construir com acerto os princípios da programação, considerada como a oferta. Cortés acrescenta ainda isto: “Esta filosofia de programação engloba a actividade da empresa, os seus fins, os meios com que conta para consegui-los, o espírito que anima os accionistas, as suas expectativas, os passos dados para alcançá-los”. Este professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra apresenta também o conceito de “especificidade editorial”, que, afirma, “consiste na vontade de caracterizar ou de diferenciar o próprio canal em relação aos outros”. Para definir a especificidade do canal contribuem então, segundo Cortés, três elementos: a “filosofia da programação”, que determina todos os aspectos que consolidam a ideia do projecto; a “linha editorial”, que marca os critérios a seguir; e a “imagem de canal”, que é o resultado estratégico das ideias anteriores, contrastadas com um mercado competitivo.

A ideia de encarar a grelha como integradora de dois níveis aparentemente contraditórios – o da continuidade e o da fragmentação – é adoptada por outros teóricos. Em França, Jean-Pierre Esquenazi refere-se ao fluxo televisivo como sendo a “edificação de uma continuidade por hiper-fragmentação” (1996: 63). Se se reconhece que cada programa impõe momentaneamente a sua velocidade, também se sublinha que cada fragmento da programação integra uma macrodiscursividade que garante a identidade do canal e que, por outro lado, assegura à televisão o papel de se constituir como “uma instituição que regula o conjunto dos seus actos discursivos” (1996: 28). A oferta televisiva como uma realidade composta por elementos específicos (os programas) inseridos num macrodiscurso global (a grelha) é uma perspectiva adoptada por vários teóricos. “Um lugar de construção de um discurso global associando diferentes componentes” é a definição que Guy Lochar e Henri Boyer (1995: 95) apresentam para a programação, sublinhando, no entanto, que esse não é o modo como o telespectador apreende a grelha televisiva; este encara-a, antes, como “uma sucessão de enunciados autónomos, portadores de significações e valores independentes” (1995: 97). A forma como se processa a recepção das mensagens televisivas não corresponde àquilo que se passa no momento da sua inserção numa grelha. A este nível, cada uma das emis-

sões adquire o seu valor através das relações estabelecidas com os restantes componentes, formando um todo que se pretende equilibrado e, ao mesmo tempo, variado, dependendo esta diversidade da natureza (temática ou generalista) do canal. Dominique Mehl, na sua obra *La Fenêtre et le Miroir. la Télévision et ses Programmes* (1992), aborda o fenómeno programático a partir da distinção entre *programação federativa* e *programação compósita*. O objectivo da primeira é atingir um maior número possível de público a todas as horas, sendo chamada, por isso mesmo, de “grande público pluricultural”; a segunda presta mais atenção à heterogeneidade do público, ou seja, o objectivo não é atingi-lo todo durante a totalidade do tempo, mas atender um público de cada vez, com temas e géneros diferentes, em momentos distintos. Neste tipo de programação, as emissões têm um público-alvo. Todavia, no momento da emissão poderão atingir mais telespectadores do que aquilo que estava previsto. Na *programação compósita*, o programador propõe uma grelha susceptível de conquistar os diversos grupos de telespectadores que constituem a paleta da audiência. Como precisa Marc de Florès (*apud* Mehl, 1992: 162), esta programação “substitui a ideia de ‘hora de grande audiência’ pela ideia de ‘hora para a melhor audiência possível’ para uma determinada emissão”. Com esta estratégia de programação, a grelha distingue-se por apresentar uma grande diversidade de produtos, procurando-se uma coerência entre os programas e não a concentração do público. Contrariamente ao que se passa na *programação federativa*, que funciona segundo os pedidos do público, na *compósita* é o responsável de programas que decide mostrar determinado programa ao grande público, ou porque está bem feito, ou porque é divertido, ou porque é interessante, ou porque é novo. O programador fá-lo procurando a faixa horária que mais convém ao público visado, tentando simultaneamente harmonizar o programa com o que o precede ou sucede. A *programação federativa* deve tudo à venda dos espaços publicitários; na *programação compósita*, as principais preocupações têm que ver com a audiência e com a imagem da estação emissora. Esta filosofia de programação requer, todavia, um certo gosto pelo risco, ao qual não se pode autorizar a *programação federativa*. Por exemplo, em certas alturas, um “programador compósito” pode optar por tomar decisões em contra-corrente com o fluxo habitual. A *programação federativa* representa, como afirma Dominique Mehl, o *nec plus ultra* do modelo generalista: “todos os tipos de telespectadores a todos os instantes, o maior público a todo o momento, parece ser a montagem mais adequada ao conceito de televisão generalista de massa” (Mehl, 1992: 170). Dado que o mercado televisivo é partilhado entre as estações que querem conquistar o máximo de audiência, e sendo dominante a estratégia federativa, a concorrência joga-se “frontalmente”. As diversas estações concorrem entre si com tipos de programas semelhantes, a horas idênticas, dado que visam a mesma massa e o mesmo perfil de público. Daqui resulta uma tendência para a uniformização da paisagem audiovisual: os mesmos géneros nos mesmos momentos; as mesmas receitas para um público fiel. As diferenças entre as programações residirão apenas na qualidade do programa ou na sua imagem, no tom do animador, na relação que o canal estabelece com o seu público e na relação alimentada pelo próprio telespectador. Daqui decorre uma grande standardização da oferta, quer em matéria do tipo de produto quer do horário das emissões do dia e, sobretudo, da noite. As televisões parecem explorar o meio da produção com os mesmos pres-

supostos, percorrendo os mercados de venda de programas com as mesmas obsessões. As decisões de programação são tomadas muitas vezes através da observação daquilo que a concorrência faz. As estações jogam por vezes ao "esconde-esconde", de modo a que não lhes seja roubem ou copiem uma ideia ou um convidado. Dominique Mehl (1992) chama a esta filosofia de programação "concorrência por mimetismo", um modelo que prevalece nas *networks* americanas e que acabou por ser importado por um número significativo de operadores por todo o mundo.

Em Portugal, há poucos estudos desenvolvidos de forma sistemática em torno da programação televisiva. Destacam-se aqui a investigação de Hália Santos Costa no âmbito da sua tese de doutoramento, apresentada em 2003, com o título "Policy making in the Portuguese television and its effects on programming", na qual se analisa de modo particular o impacto das decisões dos actores políticos ao nível da (diferenciação) da programação nos canais públicos e privados, e a tese de doutoramento de Nilza Sena, defendida em 2007 com o título "A Televisão Portuguesa: caracterização da oferta televisiva em Portugal (1990/2005)". Nesse trabalho, analisam-se várias dimensões da programação televisiva: tempos de emissão global do período em estudo; tempos de emissão em horário nocturno por áreas de programação e géneros televisivos; programação da RTP, SIC e TVI ano a ano; programas de formato igual/semelhante; grelhas-tipo; audiências, *shares* e investimento publicitário. Para além destas investigações, existem vários trabalhos que, não se centrando na programação, passam por essa análise quando desenvolvem determinadas problemáticas. Esses estudos concentram-se, sobretudo, no campo da informação televisiva e da programação para a infância.

No campo da informação, e no que diz respeito a teses de doutoramento, destacam-se a investigação de Francisco Rui Cádima (1996), publicada no livro *Salazar, Caetano e a Televisão*; a de Luísa Schmidt (1999), publicada no livro *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*; a de Dinis Alves, intitulada "Mimetismos e determinação da agenda noticiosa televisiva: a agenda-montra de outras agendas" (2005); a de Jacinto Godinho, com o título "Genealogias da reportagem: do conceito de reportagem ao caso Grande Reportagem, programa da RTP (1981-1984)" (2005) e publicada depois no livro *As Origens da Reportagem. Imprensa* (2009); a de Nuno Brandão, intitulada "Os telejornais da televisão generalista portuguesa: importantes encontros quotidianos com a actualidade e para a construção social da realidade" (2005), publicada no livro *Prime Time*; a nossa, denominada "Uma década de televisão em Portugal: estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas (1993-2003)" (Lopes, 2005) e publicada, depois, nos livros *A TV das Elites* (2007) e *A TV do Real* (2008); e a de Estrela Serrano (2006), "Para um estudo do jornalismo em Portugal, 1976-2001: padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais" (2006). Ao nível de mestrados, nós próprias apresentámos a tese "A Informação e o Serviço Público: contributos para o estudo do Telejornal antes do aparecimento da TV privada", publicada mais tarde no livro *O Telejornal e o Serviço Público* (1999). Posteriormente, Nuno Brandão desenvolve um trabalho idêntico, publicado, em 2002, com o título *O Espectáculo das Notícias. A Televisão Generalista e a Abertura dos Telejornais*. No mesmo ano, surgiria em livro uma outra tese de mestrado, apresentada em 2001 por Nilza Mouzinho de Sena, incidindo sobre os debates televisivos:

vos: *A Interpretação Política do Debate Televisivo*. Em 2003, Margarida Martins apresenta a sua tese de mestrado, denominada "Ética e Informação na TVI", ano em que também Gisela Machado, na Universidade do Porto, apresenta a sua (cuja publicação aconteceu em 2005): *O Primeiro Dia Europeu de Portugal, Cenas de uma União Selada pela Televisão. Análise da Telecerimónia de Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE*. A cobertura das eleições presidenciais de 2006 por parte dos canais generalistas foi alvo de uma tese de mestrado da autoria de Sandra Sá Couto (2006). Paralelamente a trabalhos realizados no âmbito de provas académicas, nestes anos editaram-se alguns livros que se centraram no audiovisual enquanto objecto de estudo. Destacam-se, por exemplo, as seguintes obras: *Fenómeno Televisivo* (1996b), de Francisco Rui Cádima; *Big Show Media* (1997), de Nelson Traquina; ou *Televisão e Cidadania* (2003), um livro, coordenado por Manuel Pinto, que integra o contributo de alguns investigadores do projecto *Mediascópio*.

No campo da programação para a infância, identificámos a tese de mestrado de Cristina Ponte (1991), um estudo sobre a programação infanto-juvenil emitida pela RTP ao longo dos seus trinta e quatro anos de monopólio televisivo (1957-1991), e a tese de doutoramento de Sara Pereira (2004), que se debruçou sobre as ofertas e os critérios de programação dos canais generalistas no período compreendido entre 1992 e 2002.

Neste artigo, destacamos os trabalhos que incidem na programação informativa e na infantil/juvenil. A nossa opção resulta de factores de diferente ordem:

i) *de ordem jurídica*. A Lei da Televisão (Lei nº 32/2003, de 22 de Agosto), em diversos articulados, presta particular atenção às obrigações que os canais de TV têm em matéria informativa e nos conteúdos dirigidos aos públicos vulneráveis, nomeadamente às crianças;

ii) *da ordem da auto e da hetero-regulação*. O contrato de concessão de serviço público de televisão (22 de Setembro de 2003) evidencia, em várias das suas cláusulas, uma assinalável preocupação com a programação informativa e com a que se destina aos públicos infantis e juvenis. A Entidade Reguladora da Comunicação Social, na deliberação 1-L/2006, com a data de 20 de Junho (na qual estabelece os fundamentos da sua decisão de renovar as licenças aos operadores privados), considera a informação e a programação infantil como áreas merecedoras de cuidados acrescidos;

iii) *de ordem académica*. As autoras deste artigo têm dedicado, ao longo de mais de uma década, grande parte da sua actividade de investigação ao estudo da programação informativa e da infanto-juvenil dos canais portugueses de televisão.

20.2 – Programação informativa dos canais generalistas portugueses

Os estudos sobre programação televisiva centram-se ora em determinado programa ora em determinado género de programação. Circunscrevendo-nos aqui ao campo da informação, merecem particular atenção os trabalhos que incidem sobre o principal programa de informação televisiva: o noticiário da noite, que, em França, é mesmo considerado *la grande messe*. Abrindo a franja do horário nobre (a que congrega mais audiência), esse informativo assume-se (ainda hoje) como o

principal meio de informação para grande parte dos portugueses. A este nível, sobressaem entre nós os estudos de Cádima (1996), Lopes (1999) e Brandão (2006). Neste ponto, destacaremos ainda a nossa tese de doutoramento, que incidiu sobre a evolução da programação informativa semanal dos canais generalistas entre 1993 e 2003. Um estudo que viríamos a alargar até 2006.

O primeiro estudo mais aprofundado sobre os noticiários pertence a Francisco Rui Cádima. "O Telejornal e o sistema político em Portugal ao tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)" é o título da sua tese de doutoramento, apresentada na Universidade Nova de Lisboa em 1993 e publicada em livro em 1996 (*Salazar, Caetano e a Televisão*, Editorial Presença). Procura-se aí investigar

"o tipo de relações que se estabeleceram entre o poder político dominante e o canal de informação nacional por excelência – o Telejornal, por forma a reflectir, através essencialmente do discurso da informação televisiva, sobre o carácter 'monumental' da realidade histórica (...) ao tempo de Salazar e de Marcello Caetano" (1996: 13).

Para isso, o investigador optou por estudar as práticas discursivas do Telejornal, nomeadamente os textos de opinião produzidos nos noticiários durante o Estado Novo. Essa análise descritiva, feita com grande minúcia, apresenta-nos não só um retrato histórico-cultural da época e do jornalismo televisivo da estação pública, como também permite perceber o entendimento que, na altura, se fazia da comunicação (programação) televisiva. Não temos aqui uma TV muito diferente daquela que, no mesmo período, encontramos noutros países da Europa. Um pouco por toda a parte, o serviço público de televisão era, essencialmente, a voz do Estado. Neste contexto, os programas de informação eram pensados segundo aquilo que o operador ou quem o tutelava (o poder político) julgavam ser importante, prestando-se pouca atenção aos gostos do público. As visões do mundo eram aquelas que os dirigentes dos canais achavam mais apropriadas para as audiências. Através de uma metodologia qualitativa, Francisco Rui Cádima constrói (grande parte) da história da informação televisiva entre 7 de Março de 1957 e 24 de Abril de 1974, salientando momentos de programação televisiva particularmente significativos. Cite-se, a título de exemplo, a engenharia de programação que a RTP construiu a 7 de Novembro de 1965, dia das eleições para a Assembleia Nacional (Cádima, 1996: 168):

"No dia das eleições são várias as edições sobre a votação, com a particularidade de no próprio dia consagrado ao acto Salazar regressar no Telejornal das 12 horas (!), qual espectro do imobilismo 'granítico', através da repetição do 'Discurso ao País' reproduzido na antevéspera. Às 17h45 eram avançados os resultados provisórios distrito a distrito e às 19h54 o presidente da Comissão Executiva da União Nacional fala ao país. A UN ganhava uma corrida eleitoral em que havia um só competidor a concurso... Por isso, e pelos pouco representativos resultados a que um deficiente recenseamento inevitavelmente conduzia, o Telejornal rapidamente se esquece desta vitória eleitoral, não chegando a dar os resultados totais nacionais."

Também nos anos 90, iniciámos uma investigação centrada no alinhamento do Telejornal, com propósitos e metodologias diferentes dos do investigador Fran-

cisco Rui Cádima. Pretendíamos saber que tipo de serviço público prestava o principal programa de informação da RTP1 no período prévio ao aparecimento dos canais privados. Este estudo incidia em 1988 e em 1992,² englobando uma análise de 3.061 peças – que totalizaram 90 h 52 min 1 s de emissão –, sendo cada uma delas perspectivada a partir de seis variáveis (tempo, categorias temáticas, abertura, géneros, forma e lugar). Entre as conclusões, salientava-se a preferência dada aos assuntos políticos, embora em 1992 se tenha registado a ascensão de temas ligados não à *res publica*, mas à *vox populi*, ou seja, os chamados acontecimentos de proximidade, que se integram maioritariamente nas seguintes categorias: *casos pessoais, vida quotidiana, protestos, problemas sociais e julgamentos*. Os registos da nossa amostra remetiam-nos para um Telejornal como um espaço de reprodução de realidades predominantemente urbanas. Restringindo-nos ao período em estudo, podemos afirmar que a RTP demonstrou, ao longo desse tempo, uma certa adversidade ao localismo e aos aspectos idiossincráticos dos cidadãos que habitavam fora de Lisboa. As (baixas) percentagens reunidas pelos acontecimentos nacionais que ocorreram fora dessa cidade demonstravam que o principal noticiário da televisão de serviço público, apesar de ser para todos os portugueses, falava de um grupo circunscrito à capital do país.⁵ Sendo a *novidade* um valor-notícia fundamental, as peças de abertura do Telejornal que estudámos caracterizaram-se, na sua maioria, por uma certa previsibilidade, à semelhança, aliás, das notícias que compunham todo o alinhamento, ainda que em 1992 tivessem sobressaído aqui e além as de âmbito mais social. No que toca aos interlocutores privilegiados para testemunharem/veicularem informação, deu-se particular prioridade às fontes oficiais.

Nuno Brandão também elege o noticiário da noite para objecto de análise, alargando este nosso estudo aos canais privados; desenvolve primeiro uma tese de mestrado, que incidiu sobre as notícias de abertura dos noticiários das 20h00 da RTP, SIC e TVI (2002), e, pouco tempo depois, apresenta uma tese de doutoramento, na qual apresenta a análise a 180 telejornais emitidos por esses canais na primeira semana útil de cada mês de 2003. Intitulada "Os telejornais da televisão generalista portuguesa: importantes encontros quotidianos com a actualidade e para a construção social da realidade", essa dissertação (publicada em livro, em 2006, com o título *Prime Time*) teve como principal objectivo determinar, entre inúmeras variáveis, quais as categorias temáticas dominantes nos telejornais em estudo e quais as preferências e distinções pertinentes da televisão pública face às privadas.

Somando os planos nacional e internacional das categorias temáticas, Nuno Goulart Brandão constata que os alinhamentos dos telejornais dos canais generalistas não apresentam uma assinalável diversidade de assuntos. Pelo contrário: a *política nacional, o desporto e os acidentes e catástrofes* são as categorias com

² As emissões da SIC arrancam a 6 de Outubro de 1992 e as da TVI a 20 de Fevereiro de 1993.

⁵ Recordamos as percentagens reunidas pelos acontecimentos regionais nestes dois anos em estudo: em 1988, o *resto do país* teve 4,87%, o *Porto* 2,37% e as *ilhas* 0,86%, o que perfaz um total de 8,1%; em 1992, o *resto do país* reuniu 9,28%, o *Porto* 0,26% e as *ilhas* 0,68%, totalizando-se uma percentagem de 10,22% sobre o tempo global do Telejornal.

maior número de peças.³ Se os três canais privilegiam a primeira como tema dominante, na RTP o segundo tema é o *desporto*; na SIC, os *acidentes e catástrofes*; e na TVI, os *casos diversos*. Quanto à proveniência das histórias nacionais, o autor concluiu que a maior parte delas se refere a acontecimentos ocorridos em Lisboa. Para além dos actores das notícias, dos actores dos comentários e da forma escolhida para noticiar os acontecimentos, Brandão deteve-se ainda na duração dos noticiários, tendo apurado os seguintes tempos médios globais: RTP, 1 h 11 min 16 s; SIC, 1 h 20 min 24 s; TVI, 1 h, 31 min e 7 s.

De entre as conclusões desta investigação, salienta-se o facto de os valores-notícia dos noticiários serem “regidos por critérios de selecção do inesperado e do negativo”. De acordo com Brandão, “o espectáculo das notícias está a ser sobrevalorizado em detrimento do rigor das suas mensagens”. Neste quadro, ressalva-se a importância do serviço público de televisão, que, na perspectiva do investigador, deve apresentar a realidade como sendo um “factor de estímulo à participação na gestão dos assuntos de interesse público, recuperando os valores comunitários e redefinindo a esfera pública”.

Em Dezembro de 2005, apresentámos uma tese de doutoramento sobre a informação semanal dos canais generalistas portugueses. Os nossos propósitos foram os seguintes:

i) analisar a evolução da programação informativa emitida em horário nocturno nos canais generalistas portugueses entre 1993 e 2003 (período que alargámos até 2006 para a publicação em livro dessa parte do trabalho);⁴

ii) reconstituir o espaço público mediatizado construído pelos programas de conversação televisiva (emissões de grande entrevista e de debate) – quem fala aí do quê?⁵

Entre 1993 e 2006, a programação informativa foi ocupando progressivamente cada vez menos espaço no *prime time* dos canais privados. Também este horário sofreu alterações significativas ao longo dos anos, registando-se uma tendência para se colocar os programas de informação em franjas cada vez mais tardias. Em termos de géneros, os programas generalistas de debate/grande entrevista e os formatos desportivos dominaram a programação informativa semanal nos três canais televisivos em termos de número de emissões, tendo sido na RTP1 que

³ Em termos quantitativos, dez categorias temáticas preenchem quase 80% do tempo global dos noticiários. São elas: *política nacional*, com 14,55%; *desporto*, com 10,75%; *acidentes e catástrofes*, com 9,52%; *assuntos da barra dos tribunais e justiça*, com 9,09%; *casos diversos*, com 7,73%; *política internacional*, com 7,35%; *ordem interna*, com 6,03%; *assuntos militares e políticos*, com 5,24%; *saúde e serviços sociais*, com 4,77%; e *problemas sociais*, com 4,58%.

⁴ Sendo o nosso objecto de estudo os programas semanais de informação emitidos em horário nocturno, analisámos a programação da primeira semana de cada mês dos três canais televisivos. Tendo em conta que o nosso período de análise vai de 1993 a 2003, percorremos esse horário ao longo de 132 semanas (11 anos x 12 meses) para, com essa pesquisa, elaborarmos quadros que dessem conta da oferta televisiva no âmbito daquilo que pretendíamos estudar.

⁵ Para efectuar esse estudo, procedemos a uma selecção de conveniência, que assentou nos seguintes anos: 1993, 1996, 1998, 2001 e 2003. Uma vez que o objectivo passa por conhecer os actores que ocuparam as cenas mediáticas e os assuntos que aí foram discutidos, a nossa opção será a de analisar todas as emissões de cada um destes formatos de informação semanal.

registaram maior longevidade. Na fase posterior ao *Big Brother* (após Setembro de 2000), a TVI e a SIC foram preenchendo o respectivo horário nobre com entretenimento, desalojando progressivamente a informação semanal dos seus serões. Comparando, por exemplo, a oferta televisiva de 1993 com a de 2003, observam-se diferenças substanciais. Porque o país mudou? Também, mas sobretudo porque as opções dos directores da RTP, da SIC e da TVI, condicionadas pelas audiências, se alteraram radicalmente. Paralelamente ao consumo televisivo, as estações generalistas foram particularmente sensíveis à oferta da concorrência, o que fez desencadear, ao nível da informação semanal, determinados ciclos temáticos (emissões de casos de polícia, formatos de grande reportagem, programas desportivos de debate, etc.). Nos anos que estudámos, a SIC foi mais inovadora nos formatos informativos (por vezes, apoderando-se de temáticas já experimentadas no canal público – como aconteceu, por exemplo, com o programa dos casos de polícia – mas tratando-as de forma mais original). Todavia, a RTP1 foi a mais regular na emissão desses géneros televisivos, os quais, na fase dos novos *reality shows* tipo *Big Brother*, foram desaparecendo das estações privadas. A TVI fez uma aposta nessa programação: em tempo de crise, que se prolongou de 1993 até 1998, apresentou uma oferta instável, incapaz de se implantar junto dos telespectadores; em tempo de liderança de audiências (posterior à estreia do *Big Brother*), preferiu construir uma grelha que, depois do noticiário das 20h00, se dividia entre *reality shows* e ficção nacional.

Num quadro em que a SIC e a TVI se convertem, depois do noticiário das 20h00, em canais privados de entretenimento, será relativamente fácil o serviço público de televisão adquirir alguma singularidade. Teremos, no entanto, de esperar até ao último semestre de 2006 para ouvir falar em novidades. Numa conferência de imprensa promovida a 7 de Setembro de 2006, um dos administradores da RTP, Luís Marques, anunciou que o *prime-time* da RTP mudaria a partir do dia 11 de Setembro. O *Telejornal* reduziria a sua duração para 60 min e, diariamente, os telespectadores passariam a dispor de uma oferta televisiva com variados géneros (in)formativos. Apenas se torna possível traçar esta anunciada linha horizontal diversificada devido a um trabalho que já vinha sendo desenhado há algum tempo. Dos programas que permanecem em grelha, constam: *Grande Entrevista* (que estreou em Abril de 1998, com a moderação de Judite de Sousa), *Prós e Contras* (que surgiu em Outubro de 2002, apresentado por Fátima Campos Ferreira), *As Escolhas de Marcelo* (que apareceu em Fevereiro de 2005), *Notas Soltas* (inaugurado por António Vitorino em Maio de 2005) e *Em Reportagem* (inicia-se em Maio de 2006). A estes formatos, juntam-se, a partir de 15 de Setembro, *Cuidado com a Língua*, um programa conduzido por Diogo Infante, e, a partir de 16 de Setembro, *A Voz do Cidadão*,⁶ da responsabilidade do provedor do telespectador da RTP, o professor Paquete de Oliveira. Do lado dos privados, apenas a SIC apresenta um formato de informação, que junta ao *Jornal de Domingo: Reportagem SIC*, um espaço que se torna autónomo do noticiário em Setembro de 2006.

⁶ A Lei nº 2/2006, de 14 de Fevereiro, institui que o provedor, entre outras competências, deve: “assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de quinze minutos, a transmitir em horário adequado”.

Constatamos que, ao longo dos anos, os programadores mostraram mais sensibilidade em relação a conteúdos conhecidos e aceites pelas audiências do que a formatos que mediatizavam novas áreas e que, por isso, exigiam algum risco. Se os canais de televisão foram renovando substancialmente a sua oferta televisiva de entretenimento, o mesmo não se passou com a informação televisiva. As principais inovações ocorreram até finais do primeiro quinquénio dos anos 90, altura a partir da qual os três canais generalistas deixaram de apresentar novidades, com excepção de *Ficheiros Clínicos*, que surgiu no horário nobre da SIC em Agosto de 1998. O sucesso “audimétrico” deste inovador formato não teve, porém, força suficiente para incentivar os programadores a investir neste tipo de oferta televisiva, como haviam feito nos primeiros anos da década.

No que diz respeito aos interlocutores chamados a participar nos programas de informação semanal, nomeadamente em programas de debate e de grande entrevista, observamos que houve, nestes anos, consideráveis oscilações nos perfis seleccionados para esses *plateaux*, apesar de a escolha recair sempre nos “notáveis” de determinado grupo. Na primeira metade dos anos 90, privilegiou-se a classe política; de 1995 até 1998, passou-se para os chamados “engenheiros do social” (académicos, sociólogos, juristas, etc.); em tempo de redução dos programas de informação ao canal de serviço público registou-se novamente uma preferência pelos políticos ou pelas pessoas detentoras de importantes cargos públicos. Assim, a evolução percorreu uma espécie de círculo, que fechou no ponto de partida. A primazia que os debates e as entrevistas concederam às elites políticas, aos representantes de importantes instituições e a interlocutores com profissões de prestígio poderá explicar-se através de diversos factores: pelo facto de as emissões destacarem temas que ocupam o topo da actualidade noticiosa e por esta ser em grande parte construída a partir das esferas do poder (sobretudo político); pela preferência pelos macrotemas, que permitem uma escolha mais ampla e, por isso, mais arbitrária de convidados; pela valorização que os jornalistas fazem das elites. Entre 1993 e 2006, muitos interlocutores ocuparam os *plateaux* de programas de informação não só pela competência que o seu posicionamento institucional/profissional lhes assegurava, mas sobretudo pela notoriedade que capitalizavam. Em várias entrevistas concedidas à imprensa, os apresentadores de debates e de entrevistas manifestaram reiteradamente atenção às características pessoais dos seus convidados, que ultrapassavam a respectiva ligação com o tópico em debate. Os requisitos que se exigiam àqueles que participavam em programas de debate ou de grande entrevista excluía, à partida, muitos grupos de pessoas. Significará isso que, dois séculos depois de se constituir como um espaço público vedado àqueles que não sabiam fazer uso da razão, actualmente essa exclusão continua a reproduzir-se num espaço que se pretende que seja do grande público, como ambiciona sê-lo a televisão generalista? Se a extensão da razão no espaço público do século XVIII havia excluído a grande massa daqueles que se encontravam privados de competências intrínsecas a um eficaz uso da razão, será que a organização televisiva deste novo espaço social que os programas televisivos constroem fará o mesmo dois séculos mais tarde? Nos programas de informação, haverá cidadãos mais legítimos do que outros? Se tivermos em conta o que se passou entre 1993 e 2006 na informação semanal dos canais generalistas portugueses, a resposta a estas perguntas é afirmativa.

Reflectindo sobre o jornalismo no século XXI, José Luis Martínez Albertos (1999) afirmava que “a possível sobrevivência do jornalismo está em grande parte condicionada pela valorização da actividade jornalística como profissão”, devendo esse trabalho assentar em dois pilares: assumir-se como um direito público e ser regulado por exigências éticas criadas pelos próprios profissionais. Seria utópico reclamar uma programação informativa como aquela que era praticada ainda num passado recente. Vive-se num tempo diferente. Um tempo em que a vida pública se mistura com o espaço privado e em que a intimidade é exposta como se de um assunto social se tratasse. Um tempo em que os indivíduos se constroem não só através de discursos racionais, mas em que se percebem, a eles e aos outros, através de registos emotivos. Mais do que modos de pensar, procuram-se modos de sentir. Neste contexto, a informação televisiva vê-se perante o desafio de renovar os seus códigos de enunciação televisiva. Nos últimos anos, optou-se pelo caminho mais fácil. E mais perigoso. Rasgaram-se os limites da intimidade, promoveu-se o *voyeurismo*, criaram-se *pseudonotícias* e instalou-se uma espécie de *jornalismo de causas*, subserviente às leis do mercado, perdendo-se de vista o *bem comum*. Se hoje se insiste em manter o jornalismo televisivo como um campo social autónomo, de que práticas e de que valores se poderá falar? Será que ainda faz sentido haver redacções com profissionais de jornalismo? Será que necessitamos hoje de jornalistas que privilegiem factos de interesse público, que promovam um debate plural e igualitário, que procurem informação junto de fontes credíveis, que respeitem o princípio do contraditório...? Será que, quando ligamos a TV, nos queremos apenas divertir? Será que uma informação que seja simultaneamente de interesse do público e de interesse público não nos fará falta? Se as respostas parecem óbvias, não serão paradoxais as opções que os responsáveis pela programação dos canais generalistas tomaram entre 1993 e 2006, principalmente nos primeiros anos do século XXI?

20.3 – Estudos da programação para a infância

A programação para a infância tem sido estudada, a nível mundial, a partir de diferentes ângulos e seguindo vários tipos de metodologia. Os estudos centram-se, sobretudo, na análise da programação e dos programas que são emitidos, na abordagem de questões como a violência e a publicidade nos espaços para os mais novos, na reflexão e na discussão dos critérios para uma programação de qualidade, no debate sobre a (des)regulamentação da oferta e na identificação das vantagens e desvantagens de uma indústria televisiva global.

No âmbito internacional, o caso de Inglaterra é paradigmático, na medida em que apresenta um número significativo de investigações longitudinais nesta área. Em 1992, foi publicado o relatório de investigação *The Future of Children's Television in Britain. An Enquiry for the BBC*, realizado por Jay Blumler, professor emérito da Universidade de Leeds, por proposta do Broadcasting Standards Council (BSC). Em 1996, esta organização, prestando atenção às advertências e às recomendações deixadas por Blumler, encomenda um novo estudo nesta área a Máire Messenger Davies e a Beth Corbett. O novo relatório – *The Provision of Children's Television in Britain. 1992/1996* – mostra um panorama televisivo completamente diferente do que existia na altura do estudo de Blumler, devido, sobretudo, ao acesso a canais por satélite e por cabo, mas também ao aparecimento de canais

exclusivamente dedicados ao público infantil. Esta pesquisa foi actualizada por um outro relatório de investigação – *What Children Watch* – realizado por Kam Atwal, Andrea Millwood-Hargrave e Jane Sancho e publicado em 2003 pelo BSC e pela Independent Television Commission. Ainda em território inglês, David Buckingham, Hannah Davies, Ken Jones e Peter Kelley desenvolveram um importante estudo sobre a televisão para crianças. Esta equipa centrou-se, num primeiro momento, na instituição televisiva, analisando a oferta de programas infantis, e, num segundo momento, nos “textos” oferecidos aos mais novos. Estes contributos encontram-se reunidos nas obras *Television for Children in Britain* (1999) e *Small Screens. Television for Children* (2002). No mesmo país, o estudo de Messenger Davies, *Dear BBC. Children, Television Storytelling and the Public Sphere* (2001), embora se baseie mais especificamente na recepção televisiva, destaca também alguns aspectos que podem ajudar a compreender a oferta televisiva, nomeadamente, através da abordagem que faz à importância e ao valor cultural dos programas de ficção emitidos para as crianças.

Em França, o Institut National de l’Audiovisuel (INA) tem revelado interesse por esta matéria e já dedicou à sua discussão e à sua análise três números da revista bimestral *Dossiers de l’Audiovisuel* (1988, 1992, 2003). Neste país, destacam-se também as pesquisas de Erik Neveu (1990), de Pierre Corset e Anne-Marie Meissonier (1991), de Mireille Chalvon, Pierre Corset e Michel Souchon (1991) e, ainda, a de Élisabeth Baton-Hervé (2000).

Voltando-nos para Espanha, embora se encontrem mais estudos e mais reflexões em torno da recepção televisiva, dos efeitos da televisão sobre o público infantil, da utilização educativa da televisão e da formação dos telespectadores, constatamos que a programação televisiva para a infância tem sido também objecto de estudo, sobretudo a partir do início da década de 90. Neste âmbito, salientam-se os estudos de García Nebreda (1994); a obra *Teleniños Públicos, Teleniños Privados*, da autoria de M. Alonso, L. Matilla e M. Vázquez (1995); a pesquisa de J. Ibañez, J. Érez e B. Zalbidea (1999); e ainda a investigação de J. Pérez Ornia e de L. Núñez Ladevéze (2003). Mais recentemente, em 2005, foi publicado o estudo *Programación Infantil. Orientaciones y Contenidos Prioritários*, que resultou de um convénio entre a Direcção Geral das Famílias e a Infância e o Instituto Oficial de Rádio e Televisão. As conclusões do documento são o resultado de diversas reuniões de trabalho, nas quais entrevistaram profissionais de televisão, investigadores e docentes relacionados com o mundo da televisão, a infância e a educação. De realçar ainda o facto de o Observatório Europeu da Televisão Infantil (OETI), criado em 1997, estar sediado em Espanha.

Nos EUA, ao longo dos anos 70 e 80, desenvolveram-se algumas pesquisas que contemplaram quer o estudo da produção de programas infantis no âmbito do serviço público de televisão (Harris, 1999) quer a análise da indústria televisiva para crianças (Melody, 1973). Contudo, foi durante a década de 90 que se deu um interesse crescente pelo estudo da televisão produzida e difundida para o público infantil, traduzido sobretudo nos trabalhos de Edward Palmer (1988), Ellen Seiter (1993), Kunkel (1992 e 1993), Hendershot (1998) e Pecora (1998). O Annenberg Public Policy Center, da Universidade de Pensilvânia, elabora também, desde 1996, um relatório anual de análise da programação emitida pelos canais hertzianos e por cabo e difundida para as crianças da zona urbana de Filadélfia.

Na América Latina, mais concretamente no Chile, o Consejo Nacional de Televisión (CNTV), através do seu departamento de estudos, tem realizado, em parceria com o Ministério da Educação local, várias investigações sobre a televisão para crianças, com o objectivo de quantificar esse tipo de programação na televisão chilena e avaliar a sua qualidade em termos de conteúdos educativos, de presença de violência e de publicidade.

Na Austrália, para assinalar o aniversário da introdução do sistema de classificação dos programas para crianças (1979-1999), a Australian Broadcasting Authority, a Australian Children’s Television Foundation e a Australian Film Finance Corporation desenvolveram, em finais da década de 90, um estudo conjunto acerca da programação para crianças em idade escolar, que procurava identificar as tendências desta programação nos vinte anos analisados. No âmbito do Australian Key Centre for Cultural and Media Policy, da Universidade de Griffith, Wendy Keys (1999) fez uma pesquisa através da qual analisou as políticas e as práticas da programação televisiva infantil na Austrália, no período compreendido entre 1945 e 1999. Keys considerou que o estado da televisão para crianças era o barómetro das políticas televisivas mais vastas nas quais aquela se inclui. Num outro estudo, Nadia Mencinsky e Belinda Mullen (1999) analisaram as tendências principais da programação desde 1979, ano em que foram criadas medidas específicas para assegurar que os mais novos tivessem acesso a uma variedade de programas de qualidade, produzidos especificamente para eles. As investigadoras avaliaram também o desenvolvimento dessas medidas e a forma como levaram à criação, pela mão da Australian Broadcasting Authority, do actual Children’s Television Standards.

Em Portugal, regista-se uma discrepância notável entre os níveis de preocupação pública sobre a influência da televisão nas crianças e os usos que estas fazem daquele meio e a escassez de investigação empírica sobre a matéria. Ciclicamente, levantam-se vozes a denunciar a falta de qualidade da programação televisiva para as crianças e a reivindicar melhores programas para os mais pequenos, mas a investigação tem permanecido praticamente no “silêncio”. No nosso país, esta área continua a ser uma “área menor” da investigação e da decisão. As pesquisas de Cristina Ponte (1998) e de Sara Pereira (2004) são, até ao momento, os estudos de maior relevância no domínio da oferta televisiva para o público infantil em Portugal.

Num plano diferente, mas também no âmbito dos estudos sobre a oferta mediática dirigida às crianças, encontra-se o trabalho de Maria Emília Brederode Santos (1991) elaborado no âmbito da produção e da emissão do programa *Rua Sésamo*, do qual foi directora pedagógica. O *Rua Sésamo* foi uma co-produção da RTP com a organização norte-americana Children’s Television Workshop, dirigido prioritariamente para o segmento infantil pré-escolar, tendo ido para o ar em 1989. Na sua obra intitulada *Aprender com a Televisão. O Segredo da Rua Sésamo*, publicada já no início dos anos 90, a autora defende que o tempo que os mais novos passam a ver televisão não é necessariamente tempo perdido ou nefasto; defende que a criança não vê televisão passivamente; tenta atribuir um significado àquilo que vê e, por isso, pode aprender com esta actividade como o faria com qualquer outra: “Vendo televisão, a criança retira informações, modelos de comportamento, atitudes e valores que, aliás, interpreta e reconstrói à sua maneira”

(idem: 26). Brederode Santos considera que, se o programa preferido for adequado às suas possibilidades de compreensão e aos seus interesses, a criança poderá aprender coisas benéficas e muitas vezes impossíveis de adquirir de outro modo.

Por sua vez, o estudo de Cristina Ponte trata-se de uma tese de mestrado, apresentada na Universidade Nova de Lisboa, para a qual a autora procedeu a um levantamento e a uma análise da oferta da programação da RTP para a infância no período entre 1957 e 1991 – isto é, desde o começo das emissões televisivas em Portugal até às vésperas da actividade dos operadores privados. De acordo com os dados que Cristina Ponte recolheu e analisou, referentes a dezassete anos de programas infantis e juvenis na televisão portuguesa, no quadro de empresa única e de prestação de serviço público, a percentagem de programação dirigida aos mais novos manteve-se sensivelmente constante em relação ao volume global de horas de emissão. Em 1990 e 1991, anos que antecederam o início das televisões privadas em Portugal, a oferta deste tipo de programas mais do que duplicou no conjunto dos dois canais (RTP1 e RTP2), tendo acompanhado o crescimento horário da própria emissão. Aliás, o crescimento em horas de televisão pública nos anos que antecederam a entrada dos operadores privados fez-se através do aumento significativo da programação infantil, recorrendo-se particularmente a aquisições no mercado externo. Foi também a partir de 90/91 que, pela primeira vez, os dois canais dispuseram de estruturas autónomas de programação para esta área.

A pesquisa de Cristina Ponte mostra que os programas para as crianças estão presentes na televisão portuguesa desde o seu início. No período anterior a 1974, a autora identificou dois momentos principais ao nível da programação televisiva para crianças. O primeiro, de 1957 a 1968, caracterizou-se pelo “ambiente da festinha de anos” e ficou marcado tecnologicamente pela introdução dos primeiros equipamentos de gravação magnética (o *videotape*), que permitiu ampliar as possibilidades técnicas de produção de programas e reduzir, assim, a dependência em relação ao directo como via operacional. O teleteatro e a animação nacional designada por “desenhos movimentados” constituíram os géneros principais da programação. O segundo, de 1969 a 1974, destacou-se pela criação de um discurso pedagógico, que se procurou concretizar através da recriação, no pequeno ecrã, do ambiente de uma sala de jardim-de-infância. Na direcção destes programas, uma equipa constituída por uma professora, duas educadoras e três escritores, como colaboradores, procurou responder a este objectivo. Este período ficou ainda caracterizado pela exibição de animações provenientes do Leste Europeu, dobradas ou sonorizadas em português.

No período posterior ao 25 de Abril, e até 1991, a autora identificou quatro fases na programação para os mais novos. Entre 1975 e 1977, a grande novidade foi a criação do Departamento de Programas Infantis e Juvenis (DPIJ) da RTP, sob a coordenação, naquela altura, de Maria Alberta Meneres. Verificou-se, nessa ocasião, uma duplicação das horas atribuídas à programação infantil. O período compreendido entre 1978 e 1986 ficou marcado por uma grande instabilidade, registando-se subidas e descidas do número de horas de deste tipo de conteúdos. Foi nesta fase que se deu o início das emissões televisivas a cores, o que obrigou a comprar novos programas. Registou-se também o alargamento das emissões aos períodos da manhã, nos quais os programas infantis conquistaram espaço. De 1987 a 1989, assistiu-se a um aumento significativo das horas de emissão da RTP.

A programação infantil ficaria marcada pelo início do *Clube Amigos Disney* e pela exibição, a partir de finais de 1989, da série *Rua Sésamo*, destinada ao público pré-escolar. Observou-se também uma quebra de programação de origem europeia, em contraponto com a programação norte-americana. Em 1990/1991, o DPIJ contava com duas directoras, cada uma responsável por um canal. Muito embora a animação tenha sido o formato mais importante deste período, ocupando cerca de metade da programação infantil do canal 2, as grelhas evidenciaram a existência de uma filosofia de programação, verificando-se uma preocupação com a diversidade dos conteúdos e da sua apresentação estética. Apostou-se na segmentação da audiência infantil e juvenil e procurou-se fidelizar audiências, tendo sido criadas manchas fixas de programação.

Este era, então, o cenário da programação infantil e juvenil da televisão pública, que estava prestes a perder o monopólio televisivo. O que ocorreu de significativo nos anos subsequentes ao nível da programação destinada aos mais novos – principalmente com a entrada dos operadores privados de televisão – e as tendências que se registaram ao longo da década de 90 na televisão desse sector foram alguns dos tópicos abordados por Sara Pereira (co-autora deste artigo) na investigação desenvolvida no âmbito da sua tese de doutoramento, intitulada *Televisão para Crianças em Portugal. Um Estudo das Ofertas e dos Critérios de Programação dos Canais Generalistas*. Foi propósito deste estudo analisar a dimensão institucional da televisão, ou seja, a lógica e os factores que estão presentes na concepção, na produção e na difusão da oferta televisiva para a infância dos canais generalistas portugueses, e, mais particularmente, identificar as tendências desta programação, em especial as decorrentes da liberalização da actividade televisiva.

Teoricamente o estudo ancorou-se no campo das ciências sociais, nomeadamente nas ciências da comunicação e na sociologia da infância. Metodologicamente, recorreu-se à pesquisa documental e a entrevistas semiestruturadas. A primeira baseou-se na análise de três tipos de fontes: grelhas de programação televisiva, *Anuários RTP* e dados “audimétricos” disponibilizados pela Marktest. As entrevistas tiveram como propósito auscultar profissionais com diferentes experiências e responsabilidades no campo da produção e da programação televisiva para a infância – programadores, directores de *marketing*, guionistas, produtores, apresentadores, criadores, responsáveis pela dobragem, críticos de televisão, investigadores, entidades reguladoras da televisão e associações de telespectadores.

A realização desta investigação levou a que se concluisse que o panorama da oferta televisiva para a infância se tornou muito diferente com a ruptura do monopólio televisivo. As conclusões da análise das grelhas de programação permitiram verificar um aumento do número de horas de emissão para as crianças, embora este acompanhe um acréscimo das horas de programação em geral. O aumento em quantidade nem sempre significou uma maior diversidade de produtos em termos de género, formato, conteúdos, origem e público-alvo. Registou-se um decréscimo de produções europeias e um número reduzido de programas de produção nacional, por oposição ao de programas estrangeiros, sobretudo de origem norte-americana e japonesa, apoiados em forte *merchandising*. Em consequência da globalização do mercado televisivo para crianças e da proliferação dos chamados *program-length commercials* ou *toy-based programming*, que se torna-

ram, nos anos 80, o esteio da televisão para os mais jovens, as séries de animação passaram a predominar nas grelhas de programação. A dobragem, quase sempre restrita a programas especialmente destinados a estas faixas etárias, substituiu a legendagem enquanto forma de tratamento destas séries de origem estrangeira.

Face ao aumento quantitativo da oferta televisiva para este tipo de público, procurou-se identificar onde é que ele ocorreu e onde é que os programas se localizam nas grelhas. Verificou-se, então, que o período de maior expansão da programação infantil foi o das manhãs dos dias de semana. Todavia, este crescimento verificou-se sobretudo nas margens das grelhas de programação. Quer durante a semana quer ao fim-de-semana, os conteúdos infantis começam cada vez mais cedo, posicionando-se e concentrando-se num período em que as crianças representam o público maioritário, comparativamente com outras audiências. Os dados mostram também que se passou de um período de aumento do tempo deste tipo de emissões, durante a tarde, para um decréscimo gradual, até se dar o seu completo desaparecimento. A programação infantil foi, assim, perdendo o seu espaço no período que vários autores (nomeadamente Buckingham, 1999) consideram crucial num serviço de televisão para crianças.

O desaparecimento gradual da programação no período da tarde parece estar relacionado com a percepção, por parte das estações, de que há *targets* mais valiosos em termos comerciais com disponibilidade para ver televisão nessa mesma altura. A audiência infantil não escapa às lógicas de rentabilidade que atravessam a produção e a difusão televisivas. As crianças são, cada vez mais, incorporadas na audiência familiar. Assiste-se, sobretudo ao nível dos operadores privados, ao dilema entre o desejo de manter a audiência infantil e o de a incorporar na audiência familiar.

As alterações observadas no horário dos programas para crianças reflectem, obviamente, mutações mais amplas na televisão em geral. A programação para o público mais jovem não está apenas sujeita à concorrência entre canais (as batalhas de audiência em torno deste tipo de programas começam também a travar-se com os canais especializados oferecidos pela rede de televisão por cabo), mas também a pressões internas à própria estação – porventura mais determinantes e condicionadoras da programação – e a estrangimentos provocados por departamentos mais poderosos ao serviço de audiências com maior valor de mercado.

No que diz respeito à RTP, o discurso e a prática nem sempre se mostraram coerentes. Se, por um lado, queriam fazer da programação infantil uma das suas bandeiras de identidade, por outro, limitavam-lhe os orçamentos e reduziam-na, chegando a eliminá-la mesmo das grelhas (como aconteceu em determinado período de tempo). As grelhas de programação infantil da estação de serviço público não seguem sempre a mesma filosofia de intervenção: há períodos em que são orientadas pelos princípios da qualidade e da diversidade, oferecendo às crianças um leque de conteúdos que se caracteriza pela diferença (em relação aos privados) e apostando na diversidade de géneros, conteúdos, temas, formatos, personagens, horários de emissão e públicos-alvo; e há outros nos quais se assiste à substituição dos critérios de qualidade pelos das audiências. Nestas alturas, a programação submete-se às regras do mercado – imperando os índices de audiência, que se tornam legitimadores das decisões da programação – e afasta-se do figurino de serviço público de televisão. Assiste-se, pois, ao longo dos anos em

estudo, a um balançar entre uma programação diferente, alternativa, com uma identidade própria, e uma marcadamente comercial. Os profissionais, actual ou anteriormente ligados à RTP, foram unânimes em considerar o início dos anos 90 (vésperas da entrada dos operadores privados) o “período de ouro” da programação infantil da estação de serviço público.

Esta oscilação ao nível deste tipo de conteúdos estará com certeza relacionada com as políticas e as filosofias de programação da televisão pública vigentes nesses momentos e com a forma como as crianças são vistas e concebidas pelos diferentes responsáveis por essa área; ou seja, se é dada maior importância ao seu valor comercial, em termos de publicidade e de *merchandising*, ou ao seu valor simbólico, enquanto “crianças cidadãs” com direitos próprios e específicos.

Foi também possível detectar tendências ao nível das formas de apresentação dos programas e dos seus géneros. A ficção sempre dominou as grelhas em todos os canais, embora se verifique um domínio quase pleno deste género a partir da segunda metade da década de 90. Os orçamentos para os conteúdos infantis parecem não ter crescido proporcionalmente ao aumento do número de horas de emissão, situação que conduz à oferta de programas com custos de produção mais baixos (comparativamente aos de um programa desenhado especificamente para as crianças) e a repetições.

A multiplicação de canais televisivos não teve como corolário um aumento da diversidade na oferta. As grelhas do ramo infantil são compostas essencialmente por ficções, e a animação (vendida facilmente nos mercados internacionais, passível de várias repetições e com uma vida de “prateleira” longa) ocupa um lugar privilegiado em todos os canais. Regista-se pouca produção nacional desenhada e produzida especificamente para as crianças. Destacam-se, no entanto, alguns programas emitidos pela RTP, como, por exemplo, o *Rua Sésamo* e o *Jardim da Celeste* (para além de alguns *talk shows* e de concursos), muito embora, atendendo ao seu papel de televisão de serviço público, esta estação pudesse ter apostado mais fortemente na produção nacional, pensada exclusivamente em função dos interesses, das necessidades e das realidades sociais e culturais das crianças portuguesas – compromissos, aliás, expressos no *Contrato de Concessão de Serviço Público*.

Também no que diz respeito aos públicos-alvo deste tipo de programação se verifica pouca diversidade. Nas televisões privadas, há nitidamente um público-alvo privilegiado, que corresponde à faixa etária 7-12, apesar de também existirem programas específicos para as crianças mais novas. A estratégia principal das estações é arrastar aqueles que estão abaixo daquele segmento etário e conseguir cativar também os que já o ultrapassaram. A programação da RTP é a que apresenta maior diversidade em termos de públicos-alvo, embora, ao longo dos anos, apresente também a este nível, alguma irregularidade. Todavia, a televisão de serviço público é a que tem tido maior preocupação em disponibilizar programação aos diferentes segmentos etários que compõem o público infantil e a que tem dedicado mais atenção às crianças em idade pré-escolar e até mesmo às que têm idades inferiores.

A análise das grelhas de programação entre 1992 e 2002 sugere mudanças ao nível dos tempos de emissão destes programas, da sua localização nas grelhas e das formas de apresentação. Todavia, é preciso ter presente que houve também mudanças na forma de “ver televisão” e no seu significado, assim como no modo de conceber as crianças, a infância e a própria audiência infantil. As características

deste tipo de programação e os modelos seguidos pelas três estações televisivas variam ao longo do tempo e respondem a factores conjunturais e à própria evolução do contexto social no qual se desenvolve a actividade televisiva.

Os dados provenientes do estudo empírico permitiram-nos também observar como a lógica da *neotelevisão* foi penetrando também na programação dirigida à infância. Os programas “contentor”, espaços conduzidos e alegrados por um apresentador, com jogos, concursos, passatempos e breves reportagens a entremear e a interligar os episódios das séries de animação, são claramente um produto valorizado pela “neoprogramação” das estações em estudo (principalmente pelas privadas).

No novo modelo televisivo, os telespectadores assumem também renovados papéis. As crianças começam a ser vistas pelos operadores mais como audiência (consumidores) do que como público. Esta nova concepção teve, naturalmente, consequências ao nível da oferta – responde-se agora mais aos interesses dos anunciantes do que às necessidades e aos próprios interesses do público infantil. Podemos dizer que não são tanto estes que mobilizam e determinam a oferta; os programas é que criam e geram determinados interesses nas crianças e estes, por sua vez, ajudam a sustentar um determinado tipo de programação.

No que diz respeito à comercialização referente aos programas, a nosso ver, a questão crítica não está no facto de as programações exibirem ou promoverem produtos televisivos estandardizados e ligados ao *merchandising*; está, sim, no facto de exibirem ou promoverem apenas aquele tipo de programas. A televisão constitui para as crianças um ponto de referência importante e assume um papel preponderante nos seus quotidianos e no seu desenvolvimento. Neste sentido, é fundamental que o ecrã lhes proporcione o alargamento de horizontes e a compreensão de si próprias e do mundo em que vivem, o que, atendendo ao actual cenário, será pouco viável, devido à existência de um modelo de programação estritamente comercial, preocupado apenas com os índices de audiência e com o lucro, mostrando, portanto, pouco sensibilidade e motivação em relação a aspectos de natureza sociocultural.

20.4 – Caminhos a trilhar

Os estudos sobre programação televisiva desenvolvidos em Portugal encontram-se ainda numa fase muito incipiente. Esta situação deve-se, sobretudo, em nosso entender, ao facto de a investigação académica promovida nesta área ser recente; ao facto de as televisões não terem uma política de arquivo nem uma abertura que seja suficiente para entusiasmar o desenvolvimento de trabalhos na área; e ainda ao facto de os profissionais que trabalham nos canais televisivos não publicarem as suas experiências no meio televisivo. Parece-nos existir, portanto, uma conjugação de diferentes factores que condicionam a investigação científica e fazem com que esta avance num passo demasiado lento. A rematar este artigo, enunciamos aqui algumas dimensões que encaramos como sendo linhas de acção merecedoras de começar a seguir o seu caminho. Nomeadamente:

- i) a investigação, de forma contínua, da programação televisiva;
- ii) o desenvolvimento de estudos em profundidade em torno de determinados géneros (produção/recepção);

- iii) o fomento da edição de publicações que ajudem a perceber a TV que (não) temos;
- iv) a criação de outra política para os arquivos das TV;
- v) a promoção de protocolos mais eficazes entre empresas e universidades;
- vi) a facilitação do acesso a dados “audimétricos”;
- vii) a criação/o desenvolvimento de um organismo/serviço que congregue dados globais da programação.

Bibliografia

- Alonso, M., L. Matilla, e M. Vázquez (1995). *Teleniños Públicos, Teleniños Privados*, Madrid, Ediciones de la Torre.
- Alves, D. (2005), “Mimetismos e determinação da agenda noticiosa televisiva: a agenda-montra de outras agendas”, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Atwal, K., A. Millwood-Hargrave, J. Sancho, e outros (2003), *What Children Watch. An Analysis of Children's Programming Provision Between 1997-2001, and Children's Views*, Broadcasting Standards Commission and Independent Television Commission.
- Baton-Hervé, E. (2000), *Les Enfants Téléspectateurs. Programmes, Discours, Représentations*, Paris, L'Harmattan.
- Brandão, N. (2002), *O Espectáculo das Notícias. A Televisão Generalista e a Abertura dos Telejornais*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Brandão, N. (2006), *Prime Time*, Cruz Quebrada, Ed. Casa das Letras.
- Brederode Santos, M. E. (1991), *Aprender com a Televisão. O Segredo do Rua Sésamo*, Lisboa, TV Guia Editora.
- Buckingham (org.) (2002), *Small Screens. Television for Children*, Londres, Leicester University Press.
- Buckingham, D., H. Davies, K. Jones, e P. Kelley (1999), *Children's Television in Britain. History, Discourse and Policy*, Londres, BFI Publishing.
- Cádima, F. R. (1996), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.
- Cádima, F. R. (1996b), *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Casetti, F., e R. Odin (1990), “De la paléo à la neotélévision: approche sémiopragmatique”, *Communications*, 51, Paris, Le Seuil.
- Cebrian Herreros, M. (1978), *Introducción al Lenguaje de la Televisión. Una Perspectiva Semiótica*, Madrid, Editorial Pirámide.
- Cebrian Herreros, M. (1998), *Información Televisiva. Mediaciones, Contenidos, Expresión y Programación*, Madrid, Editorial Síntesis.
- Cebrian Herreros, M. (2004), *Modelos de Televisión. Generalista, Temática y Convergencia con Internet*, Barcelona, Paidós.
- Chalvon, M., P. Corset, e M. Souchon (1991). *L'Enfant Devant la Télévision des Années 90*, Paris, Casterman.
- Corset, P., e A. M. Meissonier (1991), *L'Offre de Programmes pour les Jeunes*, Paris, Ministère de la Culture, de la Communication et des Grands Travaux et Institut National de L'Audiovisuel.
- Cortès, J. A. (1999), *La Estrategia de la Seducción. La Programación en la Neotelevisión*, Madrid, Eunsa.

- Costa, H. S. (2003), "Policy making in the portuguese television and its effects on programming", tese de doutoramento.
- Couto, S. S. (2006), "Televisão, campanha eleitoral e pluralismo", tese de mestrado, Universidade do Porto.
- Davies, M., e B. Corbett (1997), *The Provision of Children's Television in Britain. 1992-1996*. Broadcasting Standards Commission.
- Davies, M. (2001), *"Dear BBC". Children, Television Storytelling and the Public Sphere*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Esquenazi, J. P. (1996), *Le Pouvoir d'un Média. TF1 et son Discours*, Paris, L'Harmattan.
- García Nebreda, B. (1994), "El contenido de la programación infantil en televisión", em VV.AA. *Televisión, Niños y Jóvenes*, Valencia, RTVV.
- Godinho, J. (2005), "Genealogias da reportagem: do conceito de reportagem ao caso Grande Reportagem, programa da RTP (1981-1984)", tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Godinho, J. (2009), *As Origens da Reportagem*. Imprensa, Livros Horizonte.
- Gonzalez Requena, J. (1995), *El Discurso Televisivo. Espectáculo de la Posmodernidad*, Madrid, Catedra.
- Hendershot, H. (1998), *Saturday Morning Censors. Television Regulation Before the V-Chip*, Durham, Duke University Press.
- Ibañez, J., J. Pérez, e B. Zalbidea (1999), "Televisión y programación infantil en Euskadi", *Zer*, 7 (revista online: www.ehu.es/zer/numero7.htm).
- Institut National de l'Audiovisuel (1988), "La télévision des enfants", *Dossiers de l'Audiovisuel*, 19.
- Institut National de l'Audiovisuel (1992), "Les services jeunesse à la télévision: quel avenir en Europe", *Dossiers de l'Audiovisuel*, 46.
- Institut National de l'Audiovisuel (2003), "Les programmes jeunesse: réenchanter la Télévision", *Dossiers de l'Audiovisuel*, 108.
- Keys, W. (1999). "Children's television: a barometer of the Australian media policy climate", *Children's Television Policy. International Perspectives*, 93, Media International Incorporating Culture and Policy.
- Kunkel, D. (1992), "Crafting media policy: the genesis and implications of the Children's Television Act of 1990", *Journal of Communication*, XLII (3), pp. 134-152.
- Kunkel, D. (1993), "Policy and the future of children's television", em G. Berry, e J. Asamen (orgs.), *Children and Television. Images in a Changing Sociocultural World*, Newbury Park, Sage Publications, pp. 273-290.
- Lochard, G., e H. Boyer (1995). *Notre Écran Quotidien*, Paris, Dunod.
- Lopes, F. (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*, Coimbra, Ed. Minerva.
- Lopes, F. (2005), "Uma década de televisão em Portugal (1993-2003): estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas", tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho.
- Lopes, F. (2007), *A TV das Elites*, Campo das Letras.
- Lopes, F. (2008), *A TV do Real*, Coimbra, Ed. Minerva.
- Machado, G. (2006), *O Primeiro Dia Europeu de Portugal*, Porto, Ed. Campo das Letras.
- Martins, M. (2003), "Ética e informação na TVI", tese de mestrado apresentada na Universidade Católica (texto policopiado).
- Mehl, D. (1992), *La Fenêtre et le Miroir. La Télévision et ses Programmes*, Paris, Payot.
- Mehl, D. (1996), *La Télévision de l'Intimité*, Essai Politique, Seuil.
- Mencinsky, N., e B. Mullen (1999), "Regulation of children's television in Australia: past and present", *Children's Television Policy: International Perspectives*, 93, Media International Incorporating Culture and Policy.

- Neveu, E. (1990), "Télévision pour Enfants. État des Lieux", *Communications*, 51, pp. 111-130.
- Pecora, N. (1998), *The Business of Children's Entertainment*, Nova Iorque, The Guilford Press.
- Pereira, S. (2004), "Televisão para crianças em Portugal: um estudo das ofertas e dos critérios de programação", tese de doutoramento em Estudos da Criança, Braga, IEC - UM.
- Pereira, S. (2007), *Por Detrás do Ecrã. Televisão para Crianças em Portugal*, Porto, Porto Editora.
- Perez Ornia, J., e L. Núñez Ladevéze (2003), "Programación infantil en la televisión española: inadecuada relación entre oferta e demanda", *Telos*, 54, pp. 237-256.
- Pinto, M. (org.) (2003), *Televisão e Cidadania. Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*, Universidade do Minho, Coleção "Comunicação e Sociedade".
- Ponte, C. (1998), *Televisão para Crianças. O Direito à Diferença*, Lisboa, Escola Superior João de Deus.
- Rizza, N. (1990), "Construire des palimpsestes", *Réseaux*, 44/45.
- Schmidt, L. (2003), *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Sena, N. M. (2002), *A Interpretação Política do Debate Televisivo. 1974/1999*, Universidade Técnica de Lisboa.
- Sena, N. M. (2007), "A televisão portuguesa: caracterização da oferta televisiva em Portugal (1990/2005)", tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa.
- Serrano, E. (2006), "Para um estudo do jornalismo em Portugal, 1976-2001: padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais", tese de doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Traquina, N. (1997), *Big Show Média*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Williams, R. (1975), *Television, Technology and Cultural Form*, Nova Iorque, Schocken Books.

Legislação, deliberações, e outros

- Lei da Televisão (Lei nº 32/2003, de 22 de Agosto).
- Deliberação da Entidade Reguladora da Comunicação Social 1-L/2006, 20 de Junho.
- Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão (2003).